

7 - DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

7.1. Dívida Ativa da Fazenda

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dirigiu os seus esforços para o atingimento das metas estabelecidas, com ênfase na busca de melhor estruturação e de valorização institucional do órgão.

Marcaram aqueles esforços, como objetivos, o aumento da arrecadação de receitas da União, mediante intensificação da cobrança da Dívida Ativa da União e da conversão de depósitos judiciais em renda da União, da eficiência na área da defesa da Fazenda Nacional em Juízo, nas causas de natureza fiscal e da consultoria e assessoramento jurídicos, e de representação extrajudicial da União.

A PGFN contribuiu decisivamente para o equilíbrio fiscal pretendido pelo Governo Federal por meio do ingresso de receitas públicas, da recuperação de débitos para com a Fazenda Nacional, inscritos em Dívida Ativa da União e, ainda, mediante uma eficaz defesa da Fazenda Nacional em Juízo, possibilitando a conversão, em renda da União, de valores depositados judicialmente e a garantia do fluxo de receitas questionadas, em Juízo, pelos contribuintes.

O exercício de 2002 encerrou-se com uma arrecadação total de R\$ 6.865.964.306,44 (seis bilhões, oitocentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e seis reais e quarenta e quatro centavos).

Em Dívida Ativa da União, a arrecadação atingiu R\$ 1.967.216.385,22 (um bilhão, novecentos e sessenta e sete milhões, duzentos e dezesseis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

Em conversões de depósitos judiciais em renda da União, alcançou-se o expressivo valor de R\$ 4.898.747.921,22 (quatro bilhões, oitocentos e noventa e oito milhões, setecentos e quarenta e sete mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e dois centavos), o que traduz, de forma inquestionável, um expressivo ganho de causas judiciais sob responsabilidade da PGFN.

Os últimos anos apresentam uma elevada recuperação de valores devidos à Fazenda Nacional, via cobrança da Dívida Ativa da União e através da vitória em ações envolvendo montantes elevados, como o demonstra o quadro abaixo, relativo ao período de 1995 até 2002:

R\$ 1,00			
ANO	DÍVIDA ATIVA (*)	JUDICIAL	ARRECADAÇÃO TOTAL
1995	398.115.757	1.631.247.983	2.029.363.740
1996	638.005.835	2.826.379.423	3.464.385.258
1997	652.841.839	1.683.132.873	2.335.974.712
1998	1.987.155.583	1.096.653.818	3.083.809.401
1999	1.006.319.938	4.012.979.254	5.019.299.192
2000	1.804.824.713	4.450.688.675	6.255.513.388
2001	1.640.907.616	3.652.332.715	5.293.240.331
2002	1.967.216.385	4.898.747.921	6.865.964.306

(*) Está inclusa a Arrecadação do REFIS a partir do ano de 2000.

Devem, de sua parte, ser considerados outros indicadores de desempenho da PGFN, que aferem as quantias que a União deixou de desembolsar - caso da conferência dos cálculos de liquidação apresentados pelos autores que venceram demandas contra a Fazenda Nacional, com impugnação da PGFN acolhida pelo Poder Judiciário - assim como perdas de receitas que a atuação da PGFN evitou para o Erário, no ganho de causas de valor elevado e envolvendo exações cuja arrecadação é significativa para a União.

Todo o esforço arrecadatário propriamente, se faz fundamentalmente por sobre um estoque de Dívida Ativa, cuja distribuição em inscrições cobráveis administrativamente, judicialmente e incobráveis, apresenta-se conforme abaixo:

POSIÇÃO EM 31.12.2002

R\$ 1,00		
COBRÁVEIS ADMINISTRATIVAMENTE	COBRÁVEIS JUDICIALMENTE	INCOBRÁVEIS
15.715.242.973,64	158.460.044.612,83	DADO NÃO DISPONÍVEL

Fonte: INTRANET - Mapas Gerenciais L&04519.12 - Inscrições em Cobrança

Destaca-se, por pertinente, que o Estoque da Dívida Ativa da União é conjunto não criticado, razão por que não classifica a PGFN qualquer dos débitos sob sua administração como rigorosamente incobráveis.

O período foi marcado, pelo esforço no trabalho de inscrição em Dívida Ativa, seja de créditos tributários, seja de créditos não tributários, todos abarcados pelas competências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Em termos de unidade monetária, registrou-se um salto de R\$ 150.828.131.231,00 (cento e cinquenta bilhões, oitocentos e vinte e oito milhões, cento e trinta e um mil, duzentos e trinta e um reais) – (dez/2001) para R\$ 174.175.287.586,47 (cento e setenta e quatro bilhões, cento e setenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos) – (até dez./2002), observando-se um acréscimo percentual de 15,48% (quinze inteiros e quarenta e oito centésimos por cento). Representa este último número, o valor de R\$ 158.460.044.612,83 (cento e cinquenta e oito bilhões, quatrocentos e sessenta milhões, quarenta e quatro mil, seiscentos e doze reais e oitenta e três centavos) em ações – ajuizadas e R\$ 15.715.242.973,64 (quinze bilhões, setecentos e quinze milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos) em ações – não ajuizadas.

Dentre os seus mais importantes esforços, aponta-se no ano 2002, o tratamento prioritário para cobrança dos maiores devedores da Fazenda Nacional (débitos de valor superior a R\$ 10.000.000,00) ou em cujo processo haja seguros indícios da prática de crimes fiscais, o que constitui o “*Projeto Grandes Devedores*” (fundamento legal no art. 68 da Lei n.º 9.532, de 10.12.97, que visa a qualificação de processos em razão do valor dos débitos envolvidos ou do cometimento de crimes fiscais).

Nessa esteira, buscou-se em 2002 realizar a seleção de um segmento específico de débitos de grande valor, em cada unidade da PGFN. Fixou-se foco nos maiores débitos em cada unidade. Deste total, selecionaram-se os que se considerasse recuperáveis de forma mais imediata, adotando-se as medidas que levassem à consecução desse objetivo.

Este projeto envolve trabalho que termina resultando na depuração de débitos inconsistentes, para identificação, com razoável segurança, do real estoque da Dívida Ativa da União, e por consequência, dos valores incobráveis.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO – EXERCÍCIO DE 2002
GESTÃO TESOUREIRO NACIONAL
Emissão: 01.01.2003

R\$ 1,00

ESTADO	SALDO DE 2001	INSCRIÇÕES EFETUADAS EM 2002	CORREÇÃO MONETÁRIA OUTROS ACRÉSCIMOS	RECEBIMENTO	CANCELAMENTO	SALDO P/ JANEIRO/2003
AC	181.088.756,54	17.495.963,23	21.501.855,86	3.736.096,29	1.898.424,04	231.881.044,42
AL	1.458.419.802,39	35.826.560,85	53.579.526,27	16.818.349,82	20.908.761,22	1.625.889.879,30
AP	260.599.071,09	29.056.780,85	42.300.375,14	2.498.834,26	395.856,56	348.630.431,25
AM	2.259.406.856,30	331.669.515,73	409.208.832,93	20.115.497,38	4.715.956,32	3.078.466.384,07
BA	5.728.588.588,23	450.425.773,46	554.735.309,20	60.071.997,83	4.729.721,98	6.872.034.209,56
CE	2.727.699.140,76	215.387.311,50	503.934.499,63	32.107.982,52	8.366.801,04	3.506.821.534,06
DF	2.221.004.398,18	525.990.920,05	453.349.563,93	31.792.344,23	30.278.102,64	3.274.047.926,60
ES	2.116.177.622,59	186.895.022,26	190.891.090,03	16.275.359,90	5.438.436,17	2.563.012.464,46
GO	2.898.002.888,08	300.109.806,04	445.039.608,66	42.231.758,49	3.922.980,33	3.632.294.860,31
MA	1.001.175.566,00	89.517.730,08	175.537.568,15	11.684.044,54	8.525.252,86	1.217.053.677,74
MT	1.288.769.438,80	257.888.229,48	304.572.392,60	20.680.840,49	643.365,17	1.892.275.733,19
MS	1.750.621.087,55	125.059.819,01	173.425.335,75	23.005.068,46	1.244.806,21	2.062.552.264,88
MG	10.172.090.059,97	507.891.263,65	713.667.583,93	146.903.449,62	9.924.617,33	9.497.994.298,11
PA	1.889.047.681,79	120.723.489,33	150.071.130,05	17.677.556,27	53.672,42	2.282.404.587,96
PB	1.028.172.940,51	66.128.576,77	79.087.173,70	11.469.838,35	4.299.232,96	1.255.051.673,54
PR	6.366.593.172,56	631.344.187,54	673.678.038,87	81.646.655,39	597.531.895,72	7.871.969.094,95
PE	5.095.189.265,48	441.538.801,25	531.835.463,19	29.798.819,49	22.499.580,92	5.984.065.020,22
PI	392.613.856,83	54.524.422,52	61.188.961,20	6.994.290,32	2.532.479,75	536.874.974,81
RJ	19.092.908.904,81	1.905.895.444,04	2.538.794.618,01	182.208.767,33	422.120.739,91	23.779.921.422,86
RN	909.077.530,95	99.565.793,28	157.054.247,68	12.716.022,49	13.920,67	1.195.341.757,07
RS	8.458.961.471,66	635.193.448,94	776.282.483,46	137.130.353,68	60.902.101,91	10.278.194.586,87
RO	685.490.018,83	35.157.668,95	60.290.463,75	8.677.469,60	474.761,00	822.674.005,22
RR	253.091.890,47	27.782.933,91	26.289.983,61	2.660.818,01	162.726,63	323.039.183,87
SC	3.363.239.441,13	416.416.293,06	527.257.863,60	53.211.964,61	13.584.094,32	4.490.843.244,28
SP	68.503.781.797,48	3.453.985.932,07	5.827.483.626,64	440.196.866,99	819.759.340,82	74.663.417.311,04
SE	543.590.656,30	35.441.580,12	41.311.305,54	6.081.678,44	773.818,62	644.436.613,26
TO	182.729.325,72	24.626.374,35	32.508.255,06	5.689.345,48	90.866,36	244.099.402,57
TOTAL	150.828.131.231	11.021.539.642,32	15.524.877.156,44	1.424.082.070,28	2.045.792.313,88	174.175.287.586,47

FONTE: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

NOTAS:

Os valores foram obtidos de acordo com o entendimento descrito abaixo:

* SALDO - 2001 - valor remanescente em cobrança, consolidado no dia 31/12/01, das inscrições ativas nessa data. As inscrições extintas até essa data não são consideradas para efeito de consolidação.

* INSCRIÇÕES EFETUADAS EM 2002 - valor do principal das inscrições efetuadas no período de 01/01/02 a 31/12/02, que encontravam-se ativas em 31/12/02.

* RECEBIMENTO - total dos créditos arrecadados pela Dívida Ativa no período de 01/01/02 a 31/12/02. Os créditos da Defesa não são considerados para efeito de contabilização.

* CANCELAMENTO - valor remanescente consolidado na data da extinção das inscrições extintas por cancelamento entre 01/01/02 a 31/12/02.

* CORREÇÃO MONETÁRIA E OUTROS ACRÉSCIMOS - somatório dos valores de atualização monetária, multa de mora, juros de mora e encargo legal, consolidado em 31/12/02, das inscrições efetuadas no período de 01/01/02 a 31/12/02 que encontravam-se ativas em 31/12/02. Não são consideradas as inscrições efetuadas no período de 01/01/02 a 31/12/02 que encontravam-se extintas em 31/12/02.

* SALDO PARA JANEIRO DE 2003 - valor remanescente em cobrança, consolidado em 31/12/02 das inscrições ativas nessa data. Consolidado em 31/12/02, das inscrições efetuadas no período de 01/01/02 a 31/12/02 que encontravam-se ativas em 31/12/02. Não são consideradas as inscrições efetuadas no período de 01/01/02 a 31/12/02 que encontravam-se extintas em 31/12/02.

* SALDO PARA JANEIRO DE 2003 - valor remanescente em cobrança, consolidado em 31/12/02 das inscrições ativas nessa data. As inscrições extintas até 31/12/02 não são consideradas para efeito de consolidação.

7.2 – Dívida Ativa do INSS

7.2.1 – Cobrança Judicial

As informações referentes à Dívida foram extraídas a partir dos dados do Sistema Dívida, cabendo observar o seguinte:

- a) pelos dados constantes do Sistema, há fases que podem envolver tanto créditos ajuizados como não ajuizados, a exemplo das falências e concordatas, parcelamentos rescindidos, créditos desapropriados, etc. Diante disso, tais situações foram colocadas em linha separada na planilha que será apresentada adiante.
- b) não há como segregar a Dívida Ativa discriminada por Cobrável e Incobrável, por não se ter como identificar tais situações, pois o objetivo da Procuradoria é cobrar todos os créditos inscritos.
- c) para viabilizar uma informação mais detalhada, a planilha foi elaborada com a seguinte denominação:
 - 1) Baixa dificuldade na recuperação;
 - 2) Média dificuldade na recuperação; e
 - 3) Alta dificuldade na recuperação.

DÍVIDA ATIVA DO INSS

DÍVIDA DE BAIXA DIFICULDADE NA RECUPERAÇÃO		
	VALOR R\$	QTD CRÉD.
EXTRAJUDICIAL/JUDICIAL (*)	768.921.543,63	1.953
EXTRAJUDICIAL	-	-
JUDICIAL	78.845.705,06	866
PARCEL/REFIS	15.360.010.415,38	54.207
PARCELAMENTO	5.127.691.819,20	27.287
TOTAL	21.335.469.483,27	84.313

DÍVIDA DE MÉDIA DIFICULDADE NA RECUPERAÇÃO		
	VALOR R\$	QTD CRÉD.
EXTRAJUDICIAL/JUDICIAL (*)	4.479.091.598,57	48.988
EXTRAJUDICIAL	13.062.337.316,30	103.591
JUDICIAL	46.685.174.607,63	340.123
PARCEL/REFIS	-	-
PARCELAMENTO	-	-
TOTAL	64.226.603.522,50	492.702

DÍVIDA DE ALTA DIFICULDADE NA RECUPERAÇÃO		
	VALOR R\$	QTD CRÉD
EXTRAJUDICIAL/JUDICIAL (*)	6.302.856.775,11	27.286
EXTRAJUDICIAL	342.999.410,50	10.509
JUDICIAL	1.283.646.531,26	37.531
PARCEL/REFIS	-	-
PARCELAMENTO	-	-
TOTAL	7.929.502.716,87	75.326

TOTAL		
	VALOR R\$	QTD CRÉD
EXTRAJUDICIAL/JUDICIAL (*)	11.550.869.917,31	78.227
EXTRAJUDICIAL	13.405.336.726,80	114.100
JUDICIAL	48.047.666.843,95	378.520
PARCEL/REFIS	15.360.010.415,38	54.207
PARCELAMENTO	5.127.691.819,20	27.287
TOTAL	93.491.575.722,64	652.341

Fonte: CD DEVEDORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 4º TRIMESTRE – 28/12/2002

(*) Sem condições de separar o ajuizado do não ajuizado.

CRÉDITOS ATIVOS POR FASE

BAIXA DIFICULDADE NA RECUPERAÇÃO				
FASE	DESCRIÇÃO DA FASE	VALOR R\$	QTD	SITUAÇÃO
512	Encaminhado para Inclusão em Parcelamento Adm.	768.921.543,63	1.953	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
885	Levantamento de Depósito	17.308.577,25	478	JUDICIAL
598	Precat./Requisitório (Órgão Públ.)	61.537.127,81	388	JUDICIAL
770	Opção de Refis / Exigibilidade Suspensa	15.360.010.415,38	54.207	PARCEL/REFIS
769	Parcelamento com Garantia	9.873.267,39	153	PARCELAMENTO
768	Parcelamento sem Garantia	1.054.076.582,58	16.588	PARCELAMENTO
767	Parcelamento de órgão Público	36.875.120,34	334	PARCELAMENTO
766	Parcelamento Manual	15.933.561,39	155	PARCELAMENTO
763	Ret de Parcelamento p/Alteração do Calc da Ac	182.473,28	6	PARCELAMENTO
762	Retificação de Parcelamento	18.047.014,82	59	PARCELAMENTO
761	Parcelamento Simplificado	10.984.228,83	2.251	PARCELAMENTO
760	Pre-Parcelamento	167.753.399,84	1.122	PARCELAMENTO
540	Parcelamento de Prefeitura da Mp 1571/97	3.791.174.820,36	6.314	PARCELAMENTO
530	Conc. Parcelamento Prefeituras	9.442.072,01	45	PARCELAMENTO
500	Conc. Parcelamento Clube de Futebol	13.349.278,36	260	PARCELAMENTO
SUBTOTAL		21.335.469.483,27	84.313	

Fonte: CD DEVEDORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 4º TRIMESTRE – 28/12/2002

MÉDIA DIFICULDADE NA RECUPERAÇÃO				
FASE	DESCRIÇÃO DA FASE	VALOR R\$	QTD	SITUAÇÃO
600	Crédito Reativado Pela Função de Desapropriac	2.732,44	1	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
889	Crédito com Resíduo de Parcelamento	6.718.569,34	423	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
820	Desistência da Ação	264.434.093,15	451	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
799	Parcelamento Cancelado	439.562.757,41	10.193	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
798	Rescisão/Canc de Parcelamento Manual	2.733.913,32	114	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
797	Parcelamento Rescindido	2.032.783.235,84	31.062	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
578	Pedido de Concordata Suspensiva	3.421.016,49	35	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
543	Suspensão de Exigibilidade c/Dep	1.358.914.921,31	4.305	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
524	Recebimento da Graf Após Analise	14.095.794,53	103	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
522	Retorno da Avocatoria	3.168.443,39	12	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
513	Ret a Procuradoria Canc/Rescisão de Parcelamento	10.791.039,67	125	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
510	Retorno da Diligencia	136.867.502,98	1.648	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
506	Crédito em Diligencia na Área Administrativa	205.597.578,70	517	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
610	Crédito Cobr. Amigável Até R\$5000	39.825.368,21	9.537	EXTRAJUDICIAL
534	Pré Ajuizamento / Distribuição Eletrônica	85.569.285,92	299	EXTRAJUDICIAL
520	Inscrição de Crédito em Dívida Ativa	4.658.069.647,33	22.254	EXTRAJUDICIAL
518	Pré-Inscrição de Crédito	7.812.628.068,88	70.126	EXTRAJUDICIAL
517	Cred. Previd. Sub Júdice não Inscrito	457.753.936,83	1.038	EXTRAJUDICIAL
516	Cadastramento Cred de Sucumbência	8.491.009,13	337	EXTRAJUDICIAL
877	Subida de Autos	411.779.817,79	2.316	JUDICIAL
869	Contra Razões ao Recurso	549.030.849,93	2.845	JUDICIAL
850	Recurso e/ou Apelações	902.511.306,78	4.289	JUDICIAL
826	Sentença	283.234.671,05	1.161	JUDICIAL
824	Com Juiz para Prolação de Sentença	2.453.998,76	5	JUDICIAL
811	D.I. - Declarada Incompetência do Juízo-Rem P	383.336,34	9	JUDICIAL
810	Despacho Interlocutório	303.921.920,71	2.403	JUDICIAL
730	Intimação	747.725.470,20	9.129	JUDICIAL
693	Perícia	19.533.238,84	14	JUDICIAL
691	Impugnação Aos Embargos	3.044.479.517,64	11.384	JUDICIAL
683	Embargos de Terceiros	31.567.211,01	547	JUDICIAL
675	Embargos do Devedor	1.803.027.970,20	6.826	JUDICIAL
670	Aguardando Cadastramento de Embargos	193.700,85	1	JUDICIAL
640	Hasta Pública / Designada	952.172.930,19	15.352	JUDICIAL
634	Pedido de Decretação de Prisão do Depositário	437.211,27	21	JUDICIAL
632	Penhora Regular e Suficiente	706.009.213,14	2.908	JUDICIAL
630	Pedido de Arresto	9.014.969,34	12	JUDICIAL
624	Penhora e/ou Reforço de Penhora	5.315.886.898,68	42.462	JUDICIAL
609	Suspensão e/ou Sobrest da Ação	1.309.789.402,23	14.774	JUDICIAL
597	Exped/Cumprimento Carta Precatória	356.622.573,02	1.788	JUDICIAL
596	Pedido de Carta Precatória	186.202.916,14	2.119	JUDICIAL
595	Citação Do(s) Sócio(s)	1.452.375.935,51	16.163	JUDICIAL
594	Citação do Devedor	2.912.420.221,32	29.620	JUDICIAL
536	Ajuizamento/Distribuição de Ação de Depósito	102.123.534,60	921	JUDICIAL
535	Ajuizamento/Distribuição	25.282.275.792,09	173.054	JUDICIAL
SUBTOTAL		64.226.603.522,50	492.703	

Fonte: CD DEVEDORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 4º TRIMESTRE – 28/12/2002

ALTA DIFICULDADE NA RECUPERAÇÃO				
FASE	DESCRIÇÃO DA FASE	VALOR R\$	QTD	SITUAÇÃO
608	Susp. da Ação Art. 40 Lei 6830/80	1.149.691.061,70	33.438	JUDICIAL
667	Arquivamento Provisório da Ação	133.440.124,40	4.089	JUDICIAL
812	Recebido em Razão ao da Declaração de Imcomp do	515.345,16	4	JUDICIAL
519	Emissão de Peças Processuais	207.030.370,75	3.353	EXTRAJUDICIAL
616	Débito Inscrito s/ Condição de Ajuizamento	135.969.039,75	7.156	EXTRAJUDICIAL
521	Crédito em Grau de Avocatória	142.124.743,33	13	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
542	Suspensão de Exigibilidade s/Dep	2.421.943.425,22	3.144	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
560	Pedido de Concordata Preventiva	10.369.660,69	53	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
721	Decretação de Falência	2.383.927.707,65	1.570	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
722	Encerramento da Falência	24.229.962,61	737	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
748	Pedido de Restituição	158.745.555,15	2.144	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
756	Pedido Hab. ou Pagamento Reserva	1.161.515.720,46	5.625	EXTRAJUDICIAL/ JUDICIAL
SUBTOTAL		7.929.502.716,87	75.326	

Fonte: CD DEVEDORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 4º TRIMESTRE – 28/12/2002

T O T A L	93.491.575.722,64	652.342
------------------	--------------------------	----------------

CRÉDITOS ATIVOS POR RUBRICA DE ATUALIZAÇÃO

RUBRICAS	CRÉDITOS NÃO PARCELADOS	CRÉDITOS PARCELADOS	TOTAIS
PRINCIPAL	27.584.710.408,38	8.099.336.307,10	35.684.046.715,48
TR	3.790.686.225,06	924.789.345,98	4.715.475.571,04
INPC	466.425,10	11.002.354,22	11.468.779,32
JUROS	4.015.180.911,23	1.241.990.971,33	5.257.171.882,56
SELIC	26.113.826.364,30	6.368.220.802,17	32.482.047.166,47
MULTA	11.533.166.203,70	3.808.199.404,07	15.341.365.607,77
TOTAL	73.038.036.537,77	20.453.539.184,87	93.491.575.722,64
QTD DE CRED	571.068	81.274	652.342

Fonte: CD DEVEDORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 4º TRIMESTRE – 28/12/2002

CRÉDITOS ATIVOS POR ESTADO

UF	CRÉDITOS NÃO PARCELADOS		CRÉDITOS PARCELADOS		TOTAIS	
	QTD	VALOR R\$	QTD	VALOR R\$	QTD	VALOR R\$
AL	4.940	1.169.483.625,71	653	255.365.862,04	5.593	1.424.849.487,75
AM	4.128	916.130.827,63	742	173.698.550,10	4.870	1.089.829.377,73
BA	19.138	2.065.597.077,20	2.898	990.220.114,55	22.036	3.055.817.191,75
CE	12.683	1.502.772.364,13	1.577	186.116.017,73	14.260	1.688.888.381,86
MS	5.633	502.591.674,75	1.312	181.960.093,52	6.945	684.551.768,27
ES	12.558	1.173.858.832,52	1.398	281.410.776,29	13.956	1.455.269.608,81
GO	13.588	1.018.068.673,18	2.404	864.747.178,16	15.992	1.882.815.851,34
MA	6.157	469.396.120,95	1.135	217.447.762,47	7.292	686.843.883,42
MT	6.036	598.572.910,86	960	318.022.745,24	6.996	916.595.656,10
MG	55.964	3.913.898.446,16	7.751	1.469.360.610,55	63.715	5.383.259.056,71
PA	10.891	963.439.280,59	1.270	104.476.923,86	12.161	1.067.916.204,45
PB	9.263	564.116.794,93	1.492	138.192.505,72	10.755	702.309.300,65
PR	32.708	3.178.326.318,76	5.718	1.174.709.134,84	38.426	4.353.035.453,60
PE	16.590	2.310.256.624,41	2.295	735.466.112,61	18.885	3.045.722.737,02
PI	2.600	134.063.343,19	550	134.911.320,45	3.150	268.974.663,64
RJ	62.044	10.100.498.084,50	7.086	2.152.574.138,81	69.130	12.253.072.223,31
RN	2.840	300.131.961,18	840	188.757.586,42	3.680	488.889.547,60
RS	68.826	4.959.701.457,80	11.691	1.614.721.160,54	80.517	6.574.422.618,34
SC	31.023	2.749.959.429,75	5.261	850.412.680,21	36.284	3.600.372.109,96
SP	178.469	31.941.721.365,69	21.272	7.727.505.916,38	199.741	39.669.227.282,07
SE	4.270	369.812.250,93	527	62.905.086,85	4.797	432.717.337,78
DF	4.593	1.549.691.638,51	722	245.235.070,07	5.315	1.794.926.708,58
AC	499	28.951.289,93	407	125.669.343,08	906	154.620.633,01
AM	601	59.154.504,30	100	28.181.317,40	701	87.335.821,70
RO	2.328	221.430.401,33	572	130.280.380,53	2.900	351.710.781,86
RR	499	166.962.036,42	163	14.578.873,94	662	181.540.910,36
TO	2.199	109.449.202,57	477	86.609.715,23	2.676	196.058.917,80
IN	-	-	1	2.207,28	1	2.207,28
TOTAL	571.068	73.038.036.537,88	81.274	20.453.539.184,87	652.342	93.491.575.722,75

Fonte: CD DEVEDORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 4º TRIMESTRE – 28/12/2002